

NARRATIVAS SOBRE O MODO DE VIDA DOS POVOS AMAZÔNICOS DO PASSADO E DO PRESENTE EM COMUNIDADES DO MÉDIO SOLIMÕES



Geórgia Layla Holanda de Araújo

Arqueóloga e Pesquisadora no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM. Tefé –

AM E-mail: archeolayla@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6799-2345>

Anderson Márcio Amaral Lima

Mestrando no PPGDS - Museu Paraense Emílio Goeldi. Tefé-AM

E-mail: kawayba@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3532-899X>

RESUMO

A região do Médio Rio Solimões, como é conhecida a partir da confluência deste com o Rio Negro, concentra na cidade de Tefé um polo econômico regional e é local de atuação direta do núcleo de pesquisa arqueológica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que nos últimos anos vem estendendo suas investigações à áreas protegidas que compõem um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação, com foco em proteção da biodiversidade em associação a modos de vida das populações tradicionais e suas práticas sustentáveis de exploração e manejo de recursos. A pesquisa apresentada tem como objetivo relatar a vivência de campo durante levantamentos de sítios arqueológicos em comunidades tradicionais do Médio Solimões a partir da percepção dos pesquisadores em conjunto com registros imagéticos e de fala das comunitárias e comunitários. Entendemos que pesquisar em áreas remotas da Amazônia é algo desafiador, todavia as vivências de campo têm nos ensinado o quão gratificante é compreender o passado com pessoas do presente.

PALAVRAS-CHAVE: Médio Rio Solimões; Unidades de conservação; Vivência de campo; Comunidades tradicionais; Registros imagéticos.

Artigo recebido em: 27/08/2022.

Artigo aceito em: 01/03/2023.



ABSTRACT

The region of the middle Solimões River, as it is known from its confluence with the Rio Negro rivers, gathers in the city of Tefé, a regional economic Centre, and is the headquarters of the archaeological research Centre of the Mamirauá Institute for Sustainable Development, which in recent years has expanded its investigations for protected areas that make up a mosaic of indigenous lands, units of conservation, and protection of biodiversity associated with the ways of life of traditional populations and their sustainable practices of exploitation and management of resources. The research aims to report the field experience during surveys of archaeological sites in communities in the Middle Solimões region, from the researchers' perception, along with the images and speech records of community members. We understand that researching in far-flung areas of the Amazon is challenging; however, field experiences have taught us how rewarding it is to understand the past with people in the present.

KEYWORDS: Middle Solimões; Conservation unit; Field experience; Traditional communities; Imaging record.

RESUMEN

La región del Medio Río Solimões, conocida a partir de la confluencia entre los ríos Solimões y Negro, se concentra en la ciudad de Tefé, un polo económico regional y es local de actuación directa del Núcleo de Investigación Arqueológica del Instituto de Desarrollo Sostenible Mamirauá, que en los últimos años viene extendiendo las áreas protegidas que componen un mosaico de tierras indígenas y unidades de conservación, enfocado en la protección de la biodiversidad en asociación con modos de vida de las poblaciones tradicionales y sus prácticas sostenibles de explotación y manejo de recursos. La investigación presentada tiene como objetivo relatar la vivencia de campo durante análisis de sitios arqueológicos en comunidades tradicionales del Medio Solimões a partir de la percepción de los investigadores junto con registros visuales y de hablas de comunitarias y comunitarios. Entendemos que investigar en las áreas remotas de Amazonia es un reto, pero las vivencias de campo nos han enseñado cuán gratificante es comprender el pasado con personas del presente.

PALABRAS CLAVE: Medio Río Solimões; Unidades de conservación; Vivencia de campo
Comunidades tradicionales; registro de imagen.



O vai e vem das águas barrentas do Rio Solimões e os desafios de fazer pesquisa na Amazônia

Em uma tarde de segunda-feira partimos em um barco de Tefé (figura1), uma cidade com pouco mais de 70 mil habitantes localizada no estado do Amazonas, Região Norte do Brasil, rumo à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Resex Auati-Paraná. A equipe de pesquisa contava com mais de 20 pessoas, dentre estes: estudantes de graduação, moradores da cidade, comunitários da reserva Amanã, um historiador, uma demógrafa, uma arqueóloga, um arqueólogo e a tripulação do barco.

Figura 1: Vista panorâmica da cidade de Tefé – AM.



Fonte: João Paulo Borges (2021).

Ao longo de um mês de viagem, moramos em um barco de dois pisos que nos conduziu pelo emaranhado de rios, furos, igarapés, paranás, igapós e lagos que compõem as paisagens de várzea do médio Rio Solimões, carregadas de temporalidades e memórias (LIMA *et al.*, 2021) tendo como objetivo a coleta dados para o censo demográfico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá¹. Paralelamente a essa atividade, nossa missão principal consistiu em

¹ A pesquisa foi realizada nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, que foram criadas entre os anos de 1996 e 1998, com áreas de 1.124.000 ha e 2.350.000 ha, respectivamente. A população atual das duas RDS é de 16.762 habitantes, dividida entre moradores e usuários, distribuídas em 354 comunidades (Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico, 2018 e 2019). No entanto, para este trabalho específico nos debruçaremos nos dados coletados na RDS Mamirauá.



realizar levantamentos arqueológicos e etnográficos² em comunidades tradicionais e aldeias indígenas, pouco acessadas pela pesquisa formal, tendo em conta metodologias aplicadas em outras partes da Amazônia, voltadas para contextos de populações tradicionais (COSTA, 2012; GOMES *et al.*, 2012; SCHAAN, 2013; ROCHA *et al.*, 2014).

As distâncias na Amazônia são antagônicas a pesquisa formal, como pode ser observada no mapa (figura 2)³ o que nos obriga a utilização de logísticas complicadas que inclui a utilização de barcos auxiliares (figura 3) denominados voadeiras (botes de alumínio impulsionados por motores de popa, com potência de 60 hp) para alcançar de forma eficiente as comunidades tradicionais e os sítios arqueológicos geralmente a elas associados. À noite as informações coletadas durante o dia eram processadas em um pequeno laboratório que montamos no barco para organizar os dados de campo e as coleções de superfície ou doadas por moradores. Por fim, após o jantar, atávamos nossas redes, protegidas por mosquiteiros por causa dos enxames de carapanã⁴, e íamos dormir.

Nessas idas e vindas pelos cursos d'água, à medida que alcançávamos novas comunidades tradicionais e aldeias indígenas aumentava a nossa percepção sobre as modificações nas paisagens, que se tornam mais acentuadas no entorno das comunidades ou em áreas de terras pretas, onde predominam espécies domesticadas ou semi-domesticadas. (CLEMENT *et al.*, 2015). Percepções foram corroboradas por meio dos diálogos estabelecidos de forma participativa entre o discurso científico e o discurso das populações tradicionais, tendo como resultado uma melhor leitura e interpretação do fenômeno arqueológico circunscrito na história e cotidiano dessas populações. (LIMA *et al.*, 2013). O que favoreceu uma melhor compreensão e conhecimento por

² Os levantamentos arqueológicos foram realizados de forma não interventiva com tomadas de coordenadas geográficas, registro fotográfico, coleta eventual e descrição da cultura material associada ao pacote arqueológico, complementadas por informações de caráter etnográfico por meio das interações estabelecidas junto a moradores das comunidades visitadas, utilizando-se inicialmente a metodologia de campo extensiva, a ser posteriormente refinada em novas etapas de campo com a metodologia intensiva (MAUSS, 2006).

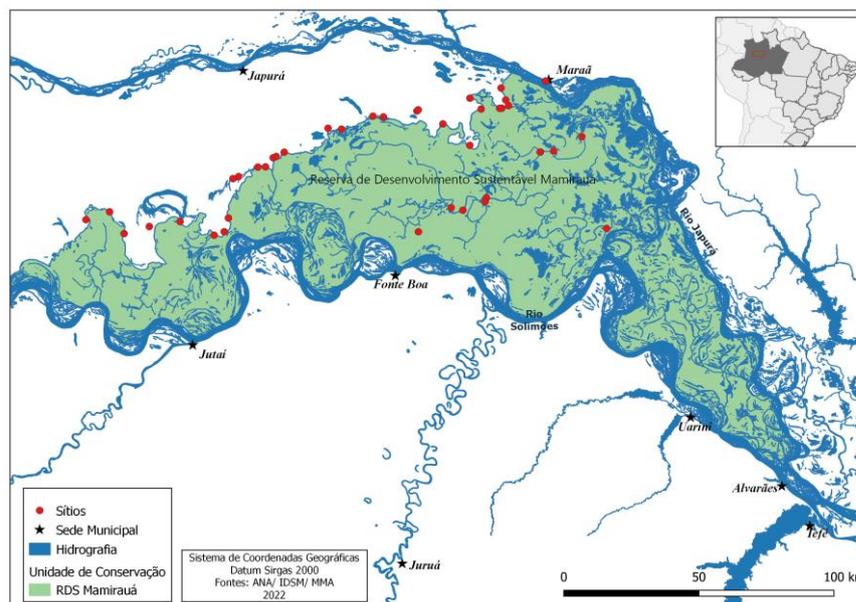
³ Priorizamos colocar no mapa apenas os sítios arqueológicos, tendo em vista que as comunidades geralmente estão associadas aos mesmos pontos e/ou nas proximidades. Segue os nomes dos lugares onde paramos: Boca do Prata; Boca do Guariba; Boca do Guedes; Viola do Panauá; Santa Maria do Água Branca; Furo do Ingaioara; Ingaioara; Porto Alegre; Ilha do Taiacu (Sr. Carmo); Ilha do Maripi; Pedro Pinho; Anaxi; Samaúma; Sítio Boca do Itaúba; Lago Gabrielzinho, São Miguel; Novo Monte Alegre do Jacitara; Sítio Boa Vista; Santo Antônio do Paraná do Caixão; Sítio do Barciano; Ilha da Carmelita; Sítio Loiral; Boca do Auati Paraná; Copinha; Boca do Tigre; Maracajá; Ponta da Mangueira; Da Paz; Estirão do Itauba; Boa Esperança/Estirão Grande; Beré; Mota; Pataua 2; Miriti; Luís; Boa Vista do Pema; Vencedor; Sítio Carãozinho; Murinzal; Aratizal; Curimatá de Baixo; Castelo; Curimatá de Cima; Boa Vista do Curimatá de Cima; Cordeiro; Nova Esperança; Barreirinha de Baixo; Monte das Oliveiras; Barreirinha de Cima; São Luis; São Raimundo do Inambé; Santa União; Itaboca; Boca do Buiçuzinho; Boca Anarucú/Monte das Oliveiras; Pacu; São Francisco do Buiçu; Pirapitinga; Espírito Santo do Curupira; São Bento; Sítio Nova Vida.

⁴ Culicídeos.



parte dos pesquisadores e pesquisadoras acerca das paisagens construídas, caracterizadas principalmente por áreas com vegetação antrópica denominadas de capoeira antiga e nova, com plantas úteis⁵ alimentícias e medicinais a elas associadas: abacaba (*Oenocarpus bacaba*), açai (*Euterpe precatória*; *Euterpe oleracea*), castanha (*Bertholletia excelsa*), andiroba (*Carapa guianensis*) dentre outras (CLEMENT *et al.*, 2015, MENDES, 2016).

Figura 2: Mapa indicando a cidade de Tefé em conjunto com os 41 sítios arqueológicos identificados durante o levantamento arqueológico.



Fonte: Elaborado por Vinícius Galvão Zanatto (2022).

O exercício proposto é considerar outras ontologias como ponto de partida para entender as formas locais de engajamento com as paisagens contemporâneas e arqueológicas (GOMES, 2018), tendo acesso a dados ainda não registrados no âmbito acadêmico, mas de pleno conhecimento das sociedades indígenas e populações tradicionais. Aqui mencionamos o registro inédito de sítios arqueológicos na forma de estruturas de terra construídas em áreas de várzea, verdadeiras ilhas artificiais conhecidas regionalmente como aterrados e cavadas, com pacotes consistentes de terra

⁵ Vegetação antrópica.



preta de índio (TPI)⁶ em associação a material arqueológico, os conhecidos “cacos de índios”⁷, geralmente encontrados pelas pessoas das comunidades nas áreas de roçados por ocasião do plantio e da colheita. Além disso, a maioria das comunidades visitadas está assentada sobre sítios arqueológicos de solos antrópicos, que são os locais preferidos na Amazônia antiga e moderna para a implantação e permanência de assentamentos humanos (AMARAL, 2018; TAMANAHA, *et al.*, 2019).

Figura 3: Voadeira trazendo equipe de campo depois de realizar coletas de dados para o censo demográfico e socioeconômico e levantamento arqueológico.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

Em princípio, o planejamento da pesquisa seguiria o protocolo do laboratório para trabalhos extensivos de campo que consiste basicamente em “ver se é sítio arqueológico”, entabular breves diálogos com as pessoas da comunidade sobre a existência de cacos, estruturas de terra, plantas utilizadas na vida cotidiana, bem como fazer o registro fotográfico, sacar um ponto de GPS e seguir para o próximo ponto. Durante a vivência de campo, nos demos conta de que precisávamos ajustar nossa metodologia de pesquisa, pois as interações no campo geram esclarecimentos mútuos que

⁶ Terras Pretas de Índio (TPI) é a denominação regional na Amazônia para os solos que apresentam horizontes superficiais escuros. Estudos demonstraram que a origem destes horizontes é antrópica (resultante de ação humana), ocasionada principalmente pelo acúmulo de resíduos orgânicos e uso do fogo na sua carbonização. As TPIs apresentam também elevada fertilidade, contrastando com os solos adjacentes, destacando-se os altos teores de fósforo, cálcio, zinco e manganês, além dos elevados estoques de carbono orgânico nestes solos, com estimativa de até cem vezes superiores aos solos adjacentes (EMBRAPA, 2022)

⁷ Como são conhecidas as peças que nós arqueólogos chamamos de artefatos arqueológicos.



não se excluem, mas se complementam na medida em que erguem juntos o saber arqueológico (GOMES, *et al.*, 2012) nos permitindo constatar que estávamos mais aprendendo a respeito da complexidade do viver do outro “sobre as águas” do que aplicando nossos conhecimentos acadêmicos.

Em vivências de campo os enunciados e as práticas de populações indígenas e comunidades ribeirinhas na Amazônia devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar o nosso pensamento e, eventualmente, também nossos sentimentos, que incide sobre nossas formas colonialistas de pensar (BEZERRA, 2011), permitindo simultaneamente novas conexões e dando voz às pessoas que foram silenciada no processo de colonização (GOLDMAN, 2008).

Neste sentido concordamos com ROCHA *et al.* quando recomendam “que arqueólogos busquem ser parceiros das comunidades tradicionais, as quais têm contribuições inestimáveis para a geração do conhecimento” (ROCHA *et al.*, 2014, p. 360), pois, infelizmente, as comunidades não costumam ter voz na tomada de decisão sobre seus territórios, sendo sempre colocadas à margem (*ibidem*).

Refletindo a respeito das vivências em trabalhos de campos passados, fortemente engessados pelo viés da pesquisa formal, um fato que gera retração e estranhamento entre as pessoas pesquisadas, resolvemos por bem nos despir das vestes acadêmicas e só então começamos a melhor ver, ouvir e fazer as nossas anotações, entrevistas e registros fotográficos que guardamos com carinho sobre toda a experiência cotidiana vivida nas comunidades. Todavia percebemos que levaríamos anos ou décadas para melhor conhecer e compreender a dinâmica de “viver no rio”, pois cada lugar é particular e cada experiência de vida única. O que poderia ser feito, para além de registrar, também refletir, desconstruir e reconstruir essa experiência epistemológica? As respostas ainda não estão bem definidas, pois os processos de aprendizagem e as novas vivências de campo em sentido amplo são uma das alternativas para os pesquisadores e pesquisadoras avançarem na busca de novos paradigmas de pesquisa que propiciem as condições necessárias para a elaboração de respostas às suas problemáticas específicas concernentes às relações e modos de vida de populações indígenas e ribeirinhas numa dupla perspectiva espaço-tempo, no presente e no passado (AMARAL *et al.*, 2020).

Respostas que podem ser abastecidas pelo viés da oralidade, a qual a região do Médio Rio Solimões e tributários conserva um cabedal de conhecimentos ancestrais, seriamente ameaçados pelos avanços da modernidade e muito pouco conhecidos pela pesquisa arqueológica e etnográfica,



com ênfase podemos assinalar a existência de lugares especiais e perigosos, regimes de saberes sobre as cadeias operatórias de produção cerâmica e os protocolos a elas associados, medicinas de base vegetal e animal, uso, manejo, distribuição e permuta de plantas e sementes, técnicas agrícolas e de processamento, conservação e estocagem de proteína vegetal em áreas de várzea e terra firme, bem como o registro de músicas em *nheengatu*, entoadas em rituais fertilidade e iniciação de jovens, tendo como figura central o demiurgo Jurupari (AMARAL *et al.*, 2020).

Os sítios arqueológicos identificados neste levantamento estão inseridos nas dezenas de comunidades (listada na nota três e mapa da figura dois) alcançadas nas pesquisas de campo, que em sua maioria estão localizadas em área de várzea, estando tantas outras inseridas em ambientes de terra firme ou ambientes mistos.

É importante salientar que a maioria das comunidades tradicionais do Médio Solimões é de origem pré-colonial ou colonial, como aponta a cultura material cerâmica associada à TPI (GOMES *et al.*, 2014; TAMANAHA *et al.*, 2019) Etnicamente são formadas pela diversidade sociocultural de populações indígenas e seus descendentes, alguns europeus, mas também nordestinos vindos do Ceará, Paraíba, Maranhão, Piauí etc., para trabalhar na extração do látex entre os anos de 1850 e os anos 20 e 40 do século XX. Vale ressaltar que as ações da igreja católica nas décadas de 70 e 80, através das comunidades eclesiais de base (CEBs) resultaram nos modelos de organização das comunidades na atualidade (ALENCAR, 2009; 2010).

A força imagética na construção do conhecimento

A fotografia desde o século XIX vem contribuindo com a pesquisa antropológica, principalmente, por registrar e refletir sobre práticas sociais. Ela “não deve ser entendida apenas como um complemento visual para um texto escrito, pois se trata também de uma narrativa visual” (SILVA *et al.*, 2019, p. 163), partindo desse pressuposto, entendemos o registro imagético como narrativa visual das nossas vivências de campo nas comunidades do Médio Solimões.

A fotografia tornou-se fundamental na arqueologia, por ser responsável pelos registros e salvaguarda de informações da prática de campo, tendo em vista seu caráter “destrutivo” (HISSA, 2015), mas para além de vestígios oriundo de escavação ou coleta de superfície, ela pode registrar



peças e paisagens antrópicas que contam um pouco sobre suas/nossas histórias e memórias quando escutada e divulgada.

O registro imagético na arqueologia é responsável, dentre outras coisas, por transmitir mensagens, e é um importante mecanismo na visualização do passado, tendo em vista que registra um momento que sobrevive ao longo do tempo, o transformando em uma memória individual ou coletiva. Segundo Marcus Silva (2018):

Fotografias são artefatos arqueológicos, ferramentas mnemônicas significativas que podem e devem ser encaradas como recursos informativos onde a cultura material se faz disponível visualmente e que através delas é possível contestar, complementar ou corroborar aquilo que entendemos por passado (SILVA, 2018, p.14).

Portanto, se o registro imagético tem a força de recortar, transportar e ressignificar valores estéticos, sociopolíticos e psicológicos, ele nos possibilita uma melhor compreensão das dimensões tangíveis e intangíveis, “expressando noções específicas de preservação e salvaguarda da realidade passada, sendo produzida como recortes, escolhas e construções conscientes e inconscientes e sempre sujeitas à interpretações e releituras por parte do seu observador” (HISSA, 2015, p.85), ainda que não substitua ou modifique a realidade, o registro imagético se apresenta como uma ferramenta importante para a arqueologia, pois compromete-se a refletir criticamente sobre os meios pelos quais a disciplina ergue suas bases teórico-metodológicas para uma melhor compreensão de determinado comportamento sociocultural (SILVA, 2018).

As imagens exibidas abaixo compõem parte do registro imagético coletado em comunidades tradicionais do Médio Solimões, durante os quais, registramos informações relevantes sobre sítios arqueológicos, vivências cotidianas e escutas de pessoas pertencentes às comunidades. Partimos do pressuposto que, a utilização da fotografia pode ser um instrumento narrativo dotado de múltiplas interpretações que podem se unir ao contexto arqueológico, por esse motivo separamos algumas para compartilhar com o leitor/espectador, que por sua vez, fica livre fazer leituras e releituras das imagens.



Os ajuntadores de cacos

Geralmente é na infância que desperta o interesse por juntar caretinhas, antropomorfas, zoomorfas e demais artefatos da cultura material associada a essas comunidades. Essas coisas “brotam da terra” nos seus quintais e roçados e esse “ajuntamento de cacos”⁸ é uma forma “não intencional” de salvaguardar o patrimônio, a história e a memória cultural do lugar onde vivem, compondo um conjunto de informações que poderão ser utilizados como complemento e suplemento à informação arqueológica e histórica, mas também como fornecedores de informação nova (BEZERRA, 2013, 2017, 2018, 2018a; SCHAAN *et al.*, 2006).

Jaqueline Silva, de apenas 10 anos, pertencente à comunidade Novo Monte Alegre do Jacitara, brincava com caco de índio enquanto na comunidade Boca do Prata outra criança brincava com seu macaco Feliciano, o qual orgulhosamente veio nos mostrar (figura 4). Jaqueline nos conta que recolheu alguns “chocalhos de barro” para brincar (figura 5). Quebrou⁹ um por curiosidade para ver o que tinha dentro, outros pintou com as cores vermelho e preto do Flamengo (que é o time de futebol da sua preferência e de toda a sua família) para colocar como enfeite em sua casa. Deu um novo uso, resignificando um legado dos “seus ancestrais” que ocupam essas áreas a incontáveis gerações e o inserindo no cotidiano das pessoas do presente, o que, portanto, não deixa de ser patrimônio (BEZERRA, 2011 e BEZERRA, 2018a).

⁸ Termo usado por Bezerra em seu texto “em alusão ao documentário o ajuntador de cacos: a história de Giovanni Gallo e o seu Marajó. Paulo Miranda (dir.), Lux Amazônia Filmes, 2010. O filme conta a história do padre italiano que viveu no Marajó por mais de 30 anos e fundou o Museu do Marajó.” (BEZERRA, 2018a, p. 96). Entendemos que essa terminologia de “ajuntador” está relacionada à reunião de pessoas, mas seguindo o raciocínio da autora, do documentário e a conversa com as pessoas das comunidades, acreditamos ser pertinente mantê-lo.

⁹ Destruição ou mutilação contra o Patrimônio Nacional é passível de punição prevista em lei. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, conforme ordenado no artigo 5º. Entretanto, essa realidade não se aplica na Lei, pois existe uma grande diferença entre resignificar o patrimônio do lugar onde se vive, e o descumprimento da legislação e destruição do patrimônio cultural para instalação de um “grande” empreendimento, por exemplo. Para entender melhor sobre essa abordagem, recomendamos a leitura de textos da Marcia Bezerra, que vem se dedicando a essa temática há anos (BEZERRA, 2011 e BEZERRA, 2018a).



Figura 4: Criança mostrando Feliciano (macaco) para a equipe de arqueologia.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

Dona Maria, moradora da comunidade Monte das Oliveiras, depois de ter sido questionada sobre a existência de cacos de índio, nos informou que é oleira e nos mostrou o seu pote de barro com impressão de folhas na base, uma técnica muito difundida nas cerâmicas arqueológicas na Amazônia. O objeto foi modelado há cerca de 30 anos e guardado com cuidado dentro da sua casa. Ela nos contou que, quando mais jovem, fazia muitas vasilhas e retirava a matéria-prima de um barreiro que ficava distante de sua casa, demandando longas viagens de canoa que duravam horas, pois barro bom não se achava por perto.

Quando alcançava a fonte de matéria-prima, pedia licença para a mãe do barreiro¹⁰ e retirava a quantidade de argila que ia ser utilizada e, ao chegar em casa, produzia seus objetos com muito afeto, adicionando cinzas de caraipé (*Licania utilis* Fritsch) na pasta e elaborando as peças se utilizando de técnicas milenares de manufatura; acordelamento e ou roletes sobrepostos, e, para o acabamento, um pedaço de cuia¹¹ ou um seixo polido, seguido de secagem e queima.

¹⁰ Preceitos de respeito à natureza adotado pelas oleiras do médio rio Solimões que solicitam permissão à mãe do barreiro para retirar o barro (SOARES, 2017).

¹¹ *Crescentia cujete*.



Figura 5: Chocalho de cerâmica pertence à tradição policroma da Amazônia.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

O avanço da “modernidade” no médio rio Solimões nas últimas décadas vem alterando modos e fazeres das populações tradicionais pela substituição das milenares formas de moldar o barro por utensílios de alumínio e plásticos, tornando o ofício de D. Maria uma atividade “ultrapassada” e um modo de vida não seguido por sua família. Em conversa, ela nos disse que não molda mais o barro, limitada pela idade avançada e por não ter a quem repassar seu rico conhecimento, um ofício feminino e legado cultural presente em sua família há gerações, pois teve apenas um filho, que não tem interesse, assim como sua nora e netos que ainda são crianças. Seu filho nos contou que sentia orgulho da arte da mãe, mesmo assim não queria reproduzi-la, pois na tradição amazônica esse ofício é próprio às mulheres.

Outros relatos e descrições foram registrados entre populações tradicionais e grupos indígenas, no Médio Solimões, Baixo Juruá e Alto Rio Negro, dando conta do controle das cadeias operatórias de produção cerâmica pelas mulheres e o impedimento de homens produzirem cerâmicas, sob pena de perecerem com infertilidade e impotência sexual; informações coletadas em trabalhos de campo anteriores entre os Witoto do Médio Solimões e entre os Kataixi do Baixo Juruá (AMARAL, s. d.), nos esclarecem que a participação de homens e crianças nas cadeias operatórias de produção cerâmica na região do Médio Curso do Rio Solimões e tributários se limitava a acompanhar como remeiros, coletores e carregadores de argila as especialistas oleiras, mediadoras nos processos de autorização junto à dona ou mãe do barreiro. João Paulo Tukano,



nascido na Comunidade São Domingos, no Alto Rio Negro, nos informa que os homens da sua etnia participam da retirada do barro, porém não se juntam as mulheres no processo de modelação dos artefatos, por considerar o trabalho exclusivamente feminino (HOLANDA, 2018).

Clóvis Soares, indígena Kataixi do Baixo Rio Juruá, nos relatou que sua mãe se utilizava de vários preceitos para a produção de vasilhas cerâmicas, com longos percursos de canoa até a chegada ao barreiro, de onde pedia licença e retirava uma pequena quantidade de barro que modelava na forma de um pequeno vaso ou outro objeto, que era prontamente apresentado, dando conta da finalidade da retirada do barro, só assim conseguindo autorização da mãe do barreiro, configurando-se um profundo respeito entre populações indígenas com a mãe terra (AMARAL, 2017).

Enquanto isso, na comunidade Miriti as pessoas guardavam uma relevante coleção de fragmentos arqueológicos, alguns diagnósticos da tradição policroma da Amazônia (TPA), cujas as principais características são a pintura vermelha e preta sobre um fundo branco, (LOPES, 2018) que nos mostraram com muita empolgação. Eles foram coletados quando um lago central de terra firme atingiu níveis muito baixos no período do verão, sendo os cacos lavados e cuidadosamente guardados em uma bacia, sendo que algumas peças foram doadas para nosso Laboratório de Arqueologia. Já era noite e as fotos não ficaram muito boas, pois a comunidade não tinha energia elétrica e o flash estourou um pouco, mas nada impediu o bom acolhimento. Eles nos questionaram acerca da utilidade dos fragmentos. Quando informamos que dentre outras coisas era utilizado provavelmente como urnas funerárias, logo veio o medo das visagens, uma parte da família queira jogar as peças fora com receio de os mortos voltarem, já a outra discordou, argumentando que fazia algum tempo que estava em casa e nenhuma alma veio assustar.

Juntar e colecionar vestígios arqueológicos é uma prática muito comum na Amazônia, tendo em vista que as pessoas vivem sobre os sítios arqueológicos (BEZERRA 2011, 2018a, 2018). Nesse caso o material está associado à TPA e foi coletado em áreas de terra firme, distantes da comunidade e afastadas da calha principal do rio, uma informação relevante para nossa pesquisa, pois se essas pessoas não cultivassem o hábito de juntar cacos, dificilmente a pesquisa arqueológica formal teria acesso a esses locais e a esse tipo de informação.

Esses ajuntamentos de cacos estão distribuídos por toda a Amazônia, e recentemente foram registradas no livro *Fragmentos*¹² contando histórias de vida e memórias de moradores das

¹² *Fragmentos*: arqueologia, memórias e histórias de Parintins. (BIANCHEZZI *et al.*, 2021).



comunidades de Parintins que guardam peças em suas residências. Falas sensíveis foram ditas pelas mantenedoras do patrimônio cultural, que relataram sobre a guarda do material arqueológico. Segundo Dona Elionete Esteves: “Não sou colecionadora! Eu guardo cada pedaço porque é uma história. É uma história do passado. É uma história do presente que sou eu, é uma história do futuro para os filhos” (BIANCHEZZI *et al.*, p. 12, 2021). Já Dona Alzira Rodrigues afirma o seguinte: “Pra mim é lembrança dos antigos... é uma coisa que eu devo guardar, que vai passar de mim pros meus netos, dos meus netos pros outros netos... Isso é uma lembrança que não acaba nunca. São do nosso passado, nossos antepassados, então a gente tem que cuidar, né” (BIANCHEZZI *et al.*, p. 15, 2021). Tanto no Médio Solimões quanto em Parintins e em outros lugares da Amazônia, o “ajuntamento de cacos” transcende o guardar para as gerações futuras, ou seja, salvaguarda o patrimônio do lugar onde vivem.

Partindo para a comunidade seguinte, conhecida como Boca do Auati-Paraná, chegamos na casa de uma família extensa, sendo que 6 estavam em casa (figura 6) e os demais no roçado e no rio pescando para o almoço. Aqui “não teve caco”, mas teve muita alegria e afeto. Muitos sorrisos foram trocados e uma indicação que na comunidade mais à frente teria sítio arqueológico localizado em um lago sazonal que na seca virava uma “ilha de caco de índio” que todos conheciam como “Ilhinha”. Esse contato com os comunitários e comunitárias é essencial para o nosso trabalho, pois somente por meio da colaboração é que podemos de fato implementar uma “arqueologia participativa¹³”.

¹³ Entendemos que o trabalho busca por uma arqueologia participativa, mas não consegue alcançar totalmente o objetivo pelo fato de ser esporádico e não haver continuidade. No entanto, dá um passo inicial contribuído para trabalhos colaborativos futuros.



Figura 6: Família em momento de despedida após conversa e indicação de sítio arqueológico.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

Nossa “última” comunidade, chamada Boa Vista do Curimatá de Cima, também não teve caco, mas pudemos nos “transportar para um quadro” (figura 7) Uma vez que as crianças vivem na várzea, ao chegar na comunidade nos deparamos com crianças observando outras brincarem na água. Na época da cheia, a paisagem se transforma, a água chega até a porta das casas, uma festa para os pequenos curumins, como são chamadas as crianças na região norte do país. Um curumim usando vermelho estava aprendendo a caminhar com 11 meses, mas já nadava muito bem e sua mãe caiu na brincadeira, foi com ele para o rio para nadarem juntos. As demais crianças brincavam num “casco”, como é chamado um “barco” pequeno de madeira escavada, uma entrava na embarcação e a outra empurrava. O artefato estava furado e quando afundava era esvaziado e a brincadeira recomeçava.

E por falar em brincadeira de criança, em escavações realizadas na Comunidade Ponta da Castanha¹⁴, localizada na Floresta Nacional de Tefé, no quintal da casa dos curumins (figura 8), acompanhadas de seus pais, mães, tios e avós envolvidos, elas observaram o trabalho dos arqueólogos e arqueólogas diariamente.

¹⁴ No âmbito do projeto de doutorado de Rafael Lopes e Mariana Cassino.



Figura 7: Crianças vendo outras crianças brincarem. A magia da várzea amazônica sendo observada pelos curumins, que logo depois caem na água.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

Em uma das ocasiões começamos a peneirar todo o sedimento da unidade de escavação à procura de caco de índio. Enquanto retirávamos o material arqueológico, conversávamos com as crianças sobre a importância que as sociedades pretéritas tiveram no passado e no presente.

Foram momentos oportunos para conversarmos sobre o modo de vida dos povos originários que viveram na Amazônia e o quanto aqueles cacos podem nos dizer, como o fato de que a história do nosso país não começou com a invasão dos europeus, mas com os indígenas que viviam em busca do equilíbrio entre sociedade e meio ambiente muito similar aos modos de vidas de comunidades tradicionais na Amazônia.

Essa troca foi importante para compartilharmos o sentimento de preservação do patrimônio cultural e dos modos de vida e saberes tradicionais. Acreditamos que a ciência cresce e se fortalece quando ocorre de forma participativa. As crianças aprenderam de forma lúdica sobre arqueologia, além de conhecerem mais sobre o passado do próprio lugar onde vivem (do ponto de vista dos pesquisadores e pesquisadoras, porque elas também são possuidoras de conhecimentos, vivências e ensinamento dos pais) acessando novas formas de conhecimento científico, isso proporciona um eventual despertar para a arqueologia como campo de estudo futuro. Tal interação faz cumprir-se o papel da arqueologia de adquirir e transmitir conhecimento entre as partes envolvidas. (Re)construir a história pré-colonial dos grupos humanos passa por aprender com as pessoas do



presente, que podem 'ler' os artefatos encontrados sobre diversas perspectivas e interpretações. (HODDER, 1982).

Figura 8: Peneiramento de sedimento arqueológico realizado por crianças (Rosália Marques, Iara Marques, Alesson Marques e Janeison Marques) da comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha com acompanhamento da equipe de arqueologia.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

Nessa mesma comunidade, o sr. Juscelino, hospitaleiro e sorridente (figura 9), nos mostra com bastante afeto sua pequena coleção de artefatos arqueológicos. Ele nos conta que ainda na primeira infância surgiu o interesse em juntar cacos aflorados em comunidades do médio rio Solimões, pois sua avó falava que “aquilo era obra de índio”. Nas suas andanças pela floresta sempre trazia alguma coisa, e foi juntando aos poucos. Ele sente que, desse modo, pode contar a história dos antigos que viveram antes da gente, bem como interagir com pesquisadores e pesquisadoras da área da arqueologia para trocar conhecimentos sobre datação e modo de produção dos artefatos.

Esse ajuntamento de cacos também foi registrado na comunidade Boa Esperança, localizada no Lago Amanã, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, pelo pesquisador Maurício Silva¹⁵ (SILVA, 2021). Atualmente essa coleção está exposta na Rádio Comunitária A Voz

¹⁵ “três crianças no início do ano 2000, a Antônia Rosilene Biático Mendes, Antonia Rosely Maciel da Silva e Daiane Sousa Reis costumavam sair correndo pela comunidade depois das chuvas para encontrar as caretinhas e brinquedinhos que iam aflorando. Juntavam esses diferentes caquinhos e criavam seus brinquedinhos, que eram guardados em sacolas e pendurados na parede” (SILVA, 2021).



da Selva, onde todas as pessoas da comunidade e a população em geral podem visitá-los. Acredita-se que boa parte desses fragmentos coletados estão associados à fase Caiambé, da Tradição Borda Incisa¹⁶ (LIMA *et al.*, 2021).

Figura 9: Seu Juscelino (de camiseta amarela) mostrando os artefatos coletados para alguns dos pesquisadores e pesquisadoras (Larissa Louro, Mariana Cassino, Priscila Costa, Márcio Amaral e Guilherme Freire) que estiveram durante o período de um mês realizando campo na Comunidade Bom Jesus da Ponta da Castanha.



Fonte: Geórgia Holanda (2019).

A arqueologia amazônica está se aprofundando em “estudos regionais intensivos, mais holísticos e com diversificação das análises sobre micro e macro vestígios, com um estreitamento de relações com a Ecologia Histórica” (GOMES, 2021). Fazer levantamentos de campo não inclui apenas mapear os sítios arqueológicos, mas também escutar e aprender com as pessoas do presente, olhar para as paisagens construídas e entender como as pessoas do passado viviam naquela região.

Para tanto os resultados de estudos recentes apontam que a pesquisa arqueológica de campo foi capaz de contornar problemáticas e desenvolver estudos, não se utilizando da cultura material tangível, favorecendo um melhor engajamento na defesa da floresta, auxiliando para uma melhor compreensão das ações humanas sobre as paisagens no passado e no presente. (Neves, 2015, Gomes, 2021).

¹⁶ “fase definida por Hilbert (1968) e posteriormente estudada por Gomes (2015), que tem cronologia de ocupação entre 1.600 a 1.100 anos atrás, período que tem sido interpretado como um momento de regionalização nessa porção da Amazônia” (LIMA *et al.* 2021).



Esse aspecto faz da arqueologia uma área de conhecimento extremamente atual, socialmente responsável e preocupada com temas urgentes que reverberam na garantia de direitos e da existência de povos indígenas e tradicionais, frente ao desmatamento e expansão da fronteira agrícola (GOMES, 2021, p. 5).

Embora nesta pesquisa de campo nos utilizemos de um mapeamento de sítios arqueológicos “focado” em evidenciar artefatos, não podemos negar que o maior aprendizado foi adquirir conhecimento com as pessoas do presente e fazer uma leitura das paisagens significativas em conjunto com os comunitários/as.

Concordamos com Marcia Bezerra quando ela afirma que na Amazônia existem “paisagens prenes de encantamentos, grávidas do passado (INGOLD, 1993, p. 153) e do presente porque, em sua constituição, se emaranham temporalidades que transbordam [de] pessoas, seres e coisas” (BEZERRA, 2018a, p. 85). E são essas marcas que tentamos interpretar na tentativa de compreender como grupos humanos viviam no passado, pois em toda a Amazônia “há marcas de outras gentes e de outros tempos” (GOMES, 2021, p. 1).

Mas o que esses registros imagéticos e os escritos das vivências de campo têm em comum? Eles conectam pessoas e lugares, conectam tempo passado e presente (CABRAL, 2021). Uma das formas de viver sobre o rio é se deslocar em barcos grandes e canoas que no passado foram construídas a partir de troncos de árvores, com uma tecnologia complexa, sem a utilização de ferramentas metálicas, auxiliando no deslocamento de pessoas e na formação de redes de sociabilidade de pequeno, médio e grande alcance (DRUMOND, 1950).

Os ciclos de cheia e seca são os eixos centrais da vivência cotidiana das populações amazônicas e foram desenvolvidas estratégias para contornar a instabilidade das águas ao longo de milhares de anos, contribuindo para a permanência na longa duração de milhares de famílias. E falando em deslocamento, as várzeas amazônicas possuem a peculiaridade que consiste em “pegar furos”, canais temporários que permitem acessar de forma mais rápida a calha principal e lagos interiores. No período das cheias, viagens de cinco horas são realizadas em duas. Outros exemplos de estratégias desenvolvidas por grupos humanos pretéritos na Amazônia são as dezenas ou centenas de ilhas artificiais, conhecidas localmente no Médio e Alto Solimões como “aterrados” ou “cavadas”, citado acima. São estruturas artificiais de terra construídas pelos povos originários para abrigar aldeias, a salvo das águas que duram ao menos seis meses do ano, similares a outros



contextos amazônicos, registrados na ilha de Marajó, Llanos de Mojos na Bolívia e planalto das Guianas (SCHAAN, 2010; MAZZ *et al.*, 2016; BETANCOURT, 2012).

São estruturas que movimentaram milhares de metros cúbicos de solo de aluvião. Uma resposta complexa dos grupos humanos na Amazônia antiga frente às variações anuais no nível das águas, resultando em alterações significativas na paisagem e no manejo de recursos.

Os ajuntadores de memória e a manutenção do patrimônio cultural

A pequena Jaqueline guarda em casa um chocalho produzido provavelmente antes do período das invasões europeias, que talvez possa ter sido usado como brinquedo por crianças do passado ou como parte da parafernália ritual de um pajé. Atualmente o chocalho está em um lugar de destaque na casa, tornou-se um item decorativo ressignificado com as cores do time de futebol, uma clara intenção de prender a atenção de visitantes.

A família do seu Rogério da Silva Marinho, ciente da importância dos cacos de índio, guarda duas bacias grandes com cerâmicas do período pré-colonial e colonial. Embora essas peças não estejam expostas em um lugar de destaque na casa, estão carregadas com a nossa história, memória e identidade.

Em outra ponta, Dona Maria, detentora das milenares cadeias operatórias de produção cerâmica, um ofício eminentemente feminino na Amazônia, não tem para quem passar todo o seu conhecimento na arte de modelar o barro. Segundo Mariana Cabral, "O que protegemos ontem é o que a gente tem para visitar e conhecer. O que está protegido hoje é o que vamos ver amanhã. A arqueologia é uma construção do discurso sobre ideias, sobre pessoas" (CABRAL, 2021, em palestra virtual). Nós, como profissionais, também temos a responsabilidade de contribuir para a construção da nossa memória e história através do diálogo com as pessoas detentoras de conhecimentos ancestrais. Bem como incentivar e ensinar as crianças sobre a importância de preservar o patrimônio cultural. Como pontuou Bezerra (2020), a "arqueologia é uma das formas de conhecer o mundo. Seu papel não é mais compreender a história do passado. Na Amazônia a arqueologia faz parte do tecido que constitui a vida das pessoas no presente... faz parte da ordem da sensível da vida cotidiana" (BEZERRA, 2020, em palestra virtual).



Considerações finais

Queremos reforçar que temos consciência de que essa “nossa nova” forma de fazer pesquisa arqueológica através da escuta das pessoas pode não estar sendo correspondida na mesma proporção que está sendo proposta. Mas acreditamos que a tentativa de “pensar” outras formas de fazer arqueologia, é um exercício de desconstrução do nosso pensamento colonialista, principalmente quando focando em visibilizar o conhecimento tradicional para refletirmos acerca de práticas de campo atuais e futuras.

Neste sentido a problemática perpassa em o pesquisador não cair na armadilha de chegar em sua área de pesquisa com conceitos pré-estabelecidos, e sair com esses mesmos conceitos. Acreditamos que as vivências em campo são responsáveis por construir e desconstruir nossos conhecimentos acadêmicos preestabelecidos que às vezes nos colocam uma venda ou nos direcionam apenas para um lugar, nos impossibilitando de enxergar por múltiplas lentes.

Pensar a força imagética como construção do conhecimento é um outro caminho a ser percorrido, as fotografias transmitem mensagens ao observador, que por sua vez pode fazer releituras do que foi dito e apresentado, gerando diversas interpretações sobre o mesmo objeto de estudo.

Além disso, trabalhar em áreas de unidades de conservação é um grande privilégio, possibilitando interdisciplinaridades e multidisciplinaridades entre pesquisadores e pesquisadoras de várias áreas, aprendizagem com pessoas detentoras de vastos conhecimentos tradicionais com o propósito de contribuir para a preservação, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia.

Deste modo a pesquisa arqueológica cumpri o seu papel social por meio de projetos de pesquisas que visam salvaguardar o patrimônio cultural, como as práticas culturais do passado que persistem em áreas remotas de comunidades tradicionais na Amazônia, entre eles o costume de juntar cacos e a arte de modelar o barro, cujas detentoras do conhecimento na atualidade se encontram em idade avançada, com sérios riscos da perda de um vasto conhecimento ancestral.

Nos alegra saber que mesmo diante dos tempos sombrios da antiga conjuntura política de desmonte e perseguição a minorias e grupos étnicos, muitas sociedades indígenas, bem como ribeirinhos e beiradeiros, oleiras e outras detentoras de conhecimentos tradicionais resistem e



persistem com seus ofícios milenares, mesmo que por vezes estes conhecimentos estejam ameaçados de se perderem por não terem a quem ser transmitidos.

Pesquisar na Amazônia não é fácil, mas é gratificante. O maior empecilho são as longas distâncias e os recursos financeiros escassos. Faz muito calor, é úmido, tem muito carapanã, piuns, mucuim, potó, mas tem muita gente solícita que nos recebe com um sorriso sem nunca nos ter visto na vida, que nos oferece uma cuia de açaí ao saber que levamos quatro horas de voadeira para chegar até ali. As pessoas nos recepcionam muito bem nas casas delas, mesmo quando estamos todos molhados porque “caiu um toró” no meio do rio nos encharcando, e ainda nos dão um café para nos aquecer do frio.

Se você for ao mesmo lugar mais de uma vez, já ganha frutas fresquinhas colhidas do pé, um moquém ou uma caldeirada de pirarucu, tambaqui, pirapitinga ou peixe da época. E esse olhar sensível não é apenas com quem é de fora, mas entre eles, pois a comida é compartilhada com aqueles que não têm. Há também um cuidado com a natureza, seu José nos disse que não pesca pirarucu na piracema, pois pode faltar para ele e para os demais, que o peixe precisa se reproduzir para ter fartura no rio.

É essa sensibilidade que move o nosso trabalho, são os sorrisos, cafés, os abraços, os causos e afetos que nos fortalecem e nos fazem seguir em frente, diante da gestão do governo passado, com corte de verbas para a pesquisa brasileira.

Na arqueologia é bastante comum nos utilizarmos do arcabouço teórico e metodológico, que é importante, mas às vezes nos prendemos demais a isso, deixando de lado um olhar sensível das nossas impressões e do que vivemos em campo para alcançarmos nossos resultados. Talvez por uma “retaliação” acadêmica, ou por cobranças de publicações que “exigem” uma grande quantidade de referencial teórico nacional e internacional. Não estamos dizendo que não é necessário beber nas fontes primárias, secundárias etc. Usamos e nos inspiramos, inclusive, em muitas delas para escrever esse texto, entretanto quisemos trazer um pouco de nós, dos comunitários e das comunitárias do Médio Solimões, e do que vivemos e aprendemos com as pessoas do passado e do presente.

Agradecimentos: Queremos agradecer a cada Comunitária e Comunitário do Médio Solimões que nos recebeu com muito afeto e partilhou seus conhecimentos conosco. À Ana Claudeise e Heloísa Corrêa por nos permitir realizar essa campanha em conjunto. Aos nossos colegas de campo: Weigson Pedroza, Cláudia Souza, Jociane Ramos, Ingrid Almeida e a tripulação do barco, em especial ao senhor Maradona que preparava a melhor comida e nos fez ganhar uns 10 quilos.



Agradecemos a Júlia Beatriz e Maurício Silva (Mau), pela leitura da primeira versão do texto e pelos comentários acolhedores e afetuosos. Agradecemos ao João Paulo Borges por disponibilizar suas fotografias da cidade de Tefé e a Vinicius Zanatto pela elaboração do mapa. Por fim, agradecemos a todos do nosso grupo de pesquisa em Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Edna Ferreira. **Memórias de Mamirauá**. Belém: Editora IDSM, 2010.

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. **Amazônica**, v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009.

AMARAL, Márcio. A ecologia de assentamentos, interações sociais ameríndias e o contexto geográfico dos muraquitãs no Baixo Amazonas. **Cadernos do Lepaarq**, v. 15, n. 30, p. 121-141. 2018. doi: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13816>.

AMARAL, Márcio. ROSA, Patrícia. CASSINO, Mariana. Arqueologia e simbologia na região do Baixo Rio Juruá. XX Congresso da SAB - Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos, 2020.

BETANCOURT, Carla. La cerámica de dos montículos habitacionales en el área de Casarabe, Llanos de Moxos. in book: **The Past Ahead. Language, Culture and Identity in the Neotropics**. (pp.161-184), 2021.

BEZERRA, Márcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr., 2011.

BEZERRA, Márcia. Com os cacos no bolso: colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia Brasileira. **Revista do Patrimônio**, n. 38, p. 85-99, 2018a.

BEZERRA, Márcia. “O machado que vaza” ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, jul. – Dez. 2018. ISSN 1981-5875. ISSN (online) 2316-9699.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, julho 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. ISSN: 2237-8294

BEZERRA, Márcia. **Teto e afeto**: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GKNoronha, 2017.

BIANCHEZZI, Clarice; SANTOS, Adriano Márcio dos; BASSI, Filippo Stampanoni; LIMA, Helena Pinto; MACHADO, Michel Carvalho; CRUZ, Alef Fernandes; BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira; PAIVA, Maurício de. **Fragmentos**: arqueologia, memórias e histórias de Parintins. 1. ed. – Parintins: Eskenazi Gráfica, 2021. 64 p. ISBN 978-65-00-38045-3.

CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B – Biological Sciences**, London, v. 282, 2015.



COSTA, Bernardo Lacale Silva da. **Levantamento arqueológico na RDS Amanã** – Estado do Amazonas. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012.

DRUMOND, Carlos. A carta de Diogo Nunes e a migração dos Tupi-Guarani para o Peru. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 95-102, 1950.

EMBRAPA. As Terras Pretas de Índios da Amazônia: o entendimento de sua formação e evolução. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/31443/as-terras-pretas-de-indio-da-amazonia-o-entendimento-de-sua-formacao-eevolucao>

ESALQ. **Dicionário Terminológico Bilingue** – Plantas. <https://www.esalq.usp.br/d-plant/>.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe**, ano 2, versão 3.0, jul. 2008.

GOMES, Jaqueline, SANTOS, BARBI, Rafael Costa e; COSTA, Bernardo Lacale Silva da. Arqueologia comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. Amazônica, **Revista de Antropologia**, Belém: v. 6, p. 385-417, 2014.

GOMES, Jaqueline. “Vestígios e marcas além das humanas”. GIS - Gesto, Imagem E Som. **Revista De Antropologia**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2021. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.174260>.

GOMES, Jaqueline. Uma perspectiva ontológica para uma análise etnoarqueológica das paisagens do lago Amanã, Baixo Japurá, Amazonas. VESTÍGIOS – **Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, jul./dez. 2018.

GOMES, Raymundo Ney da Cruz; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. Cacareco de índio e artefato arqueológico: conversas entre arqueólogos e famílias no Sítio Cedro, Santarém – Pará. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, n. 5, 2012.

HISSA, Sarah. A fotografia arqueológica: entre a mimese e a criação. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2015.

HODDER, Ian. **Symbols in Action**. Londres: Cambridge University Press, 1982.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno Marcos e PARENTE, Maria Tereza Vieira. Tráfico de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, n. 8, dez. 2013.

LIMA, Márjorie; SILVA, Mauricio André., LIMA, Silvia Cunha; CASSINO, Mariana. Franco, & TAMANAHA, Eduardo. “Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 2, 2021.

LOPES, Rafael. **A tradição policroma da Amazônia no contexto do Médio Rio Solimões (AM)**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MAZZ, José; ROSTAIN, Stéphen; McKEY, Doyle. Cerritos, Tolas, Tesos, Camellones y Otros Montículos de Las Tierras Bajas de Sudamérica. **Revista de Arqueologia**, v. 9, n. 1, 2016.



ROCHA, Bruna Cigaran da; BELLETTI, Jaqueline; RAPPY-DANIEL, Anne; MORAES, Claude de Paula; OLIVEIRA, Vinícius Honorato de. Na margem e à margem. Arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 358-384, 2014.

SANTOS, Gilton Mendes dos. Plantas e Parentelas. Notas sobre a história da agricultura no Médio Purus. In: SANTOS, Gilton Mendes e APARÍCIO, Miguel (Orgs.) **Redes Arawa**. Ensaios de Etnologia no Médio Purus. Manaus: EDUA, 2016.

SCHAAN, Denise, MARQUES, Fernando, DIAS, Samara de Nazaré, GOMES, Raimundo, NASCIMENTO, Hannah, LIMA, André. Projeto: preservação, conservação, pesquisa e educação patrimonial no sítio histórico de Joanes. Relatório final. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

SCHAAN, Denise. Long-Term Human Induced Impacts on Marajó Island Landscapes, Amazon Estuary. **Diversity**, v. 2, 2010, p. 182-206. doi: 10.3390/d2020182.

SCHAAN, Denise, Sobre o exercício de pesquisar, ouvir, ensinar, conviver, tolerar...In: Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: **Pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá**, Pará, Belém - Pará GKNoronha, 2013.

SILVA, Fabíola Andréia; PELLEGRINI, Ana Carolina. Imagens dos Asurini do Xingu refletindo sobre a importância dos acervos fotográficos nos museus. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 17, n.1, p. 163-184, jan./jun. 2019.

SILVA, Marcus Vinícius Pereira Santos da. **Arqueologia e fotografia: balanço e perspectiva**, Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe. (Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

SILVA, Maurício André. **Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa**. In: Colecionamento de coisas, de material arqueológico. 1. ed. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, v. 1, 2021, 120 p.

SOARES, Clóvis. Depoimento oral concedido ao pesquisador Márcio Amaral, 2017.

TAMANAHÁ, Eduardo Kazuo; AMARAL, Márcio; CASSINO, Mariana Franco; LIMA Silvia Cunha; NEVES, Eduardo Góes, FURQUIM Laura; LIMA Marjorie; SILVA Maurício, GOMES Jaqueline, GILBERTONI, Carla. **Diálogos e práticas arqueológicas**. In: Sociobiodiversidade da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas. Tefé: IDSM, 2019.

TUKANO, João Paulo. Depoimento oral concedido à pesquisadora Geórgia Holanda, 2018 e confirmado em 2022.